

**OS MOVIMENTOS EMANCIPATÓRIOS CONTRA-HEGEMÔNICOS
DESENCADEADOS A PARTIR DO SÉCULO XIX E AS PREVISÕES
CONTEMPORÂNEAS: A Força das Multidões na reconfiguração da Seguridade Social**

**MOVEMENTS EMANCIPATORY COUNTER HEGEMONIC TRIGGERED
FROM THE XIX CENTURY CONTEMPORARY AND PREDICTIONS: The Power of
the Multitudes in the reconfiguration of Social Security**

Juliana Teixeira Esteves¹

Isabele Moraes D'Angelo²

RESUMO: As conquistas, no âmbito das relações de trabalho em geral, e da seguridade em particular, deram-se por meio das lutas coletivas que se fundiram – a que se instalavam no interior das organizações produtivas; outra, de natureza revolucionária. Com o declínio do Estado Providência e a supremacia do ultraliberalismo instituiu-se o modelo de seguridade privada e houve uma fragilização ainda maior na Sociedade do Trabalho, marcada agora pela clandestinização da força de trabalho e o desemprego estrutural. Os movimentos que se espalham por todo o planeta, reivindicam uma nova forma de sociabilidade. Dentre as propostas do campo socialista encontra-se a que se destina à taxação dos fluxos financeiros internacionais e à criação de uma Renda Universal Garantida. Movimentos que admitem a legitimidade daqueles opõem ao sistema de acumulação flexível, mas elegem um pressuposto comum: o combate à subordinação da força do trabalho ao capital.

Palavras-chave: Renda Universal Garantida; Seguridade Social; Movimentos Emancipatórios.

ABSTRACT: The achievements in the context of labor relations in general and Seguridade in particular, occurred through the collective struggles that blended - that settled within productive organizations; another, of a revolutionary nature. With the decline of the welfare state and the supremacy of ultra-liberalism establishing the model of private insurance and there was an even greater weakening in the Labor Society, now marked by illegal workforce and structural unemployment. The movements that spread across the planet, claim a new form of sociability. Among the proposals of the socialist field is it which is intended to taxation of international financial flows and the creation of a Universal Guaranteed Income. Movements that accept the legitimacy of those opposed to the system of flexible accumulation, but elect a common assumption: the combat of subordination of the labor strength to capital.

Key-words: Universal Guaranteed Income; social security; emancipatory movements

¹ Professora Adjunta de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito do Recife/UFPE, doutora em neoconstitucionalismo e mestre em ciência política pela Universidade Federal de Pernambuco. Advogada trabalhista.

² Professora Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Pernambuco. Mestre e doutoranda em Direito do trabalho no Programa de pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Advogada trabalhista.

1. As Reações Emancipatórias Contra-hegemônicas Desencadeadas a partir do Século XIX e as Previsões Contemporâneas

O capitalismo, desde o seu nascimento, tem o caráter hegemônico e universalista. Por isso, os movimentos sociais desencadeados no século XIX propunham uma reação libertária dentro desse mesmo contexto. Lamentavelmente esse caráter político-revolucionário dos movimentos coletivos organizados foi se perdendo, ao longo do Século XX, para se tornarem movimentos meramente reformistas ou reivindicativos. Portanto, legitimadores do sistema capitalista liberal.

Não foi por acaso que o Manifesto do Partido Comunista, escrito por Marx e Engels, em 1848, terminava afirmando “PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!” (MARX e ENGELS, 1953, p. 47).

Não foi também por acaso que Marx, ao apresentar o Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos trabalhadores, em 28 de setembro de 1864, terminasse do mesmo jeito (MARX, 1953, 313). Por outro lado, no item 1, dos aludidos estatutos está escrito:

Esta Associação é fundada no intuito de estabelecer um centro de comunicação e de cooperação entre as Sociedades Operárias existentes em diferentes países e voltadas para o mesmo objetivo, ou seja, a proteção, o progresso e a completa emancipação da classe operária (*ibidem*, p. 323).

Os caracteres de hegemonia e de universalidade desse mesmo sistema político e econômico nascentes foram objeto de registro e de críticas desencadeadas pela doutrina anarquista. Lembra Bakunin, em 1873, que tanto a indústria capitalista quanto a especulação bancária necessitam ampliar incessantemente seus campos de atividade em detrimento da pequena indústria, para não incorrerem em falência.

devem se esforçar para ser únicas e universais, do mesmo modo que o Estado universal, sem dúvida quimérico, só poderia, em todo o caso, ser único: dois Estados deste gênero, existindo lado a lado, é algo absolutamente impossível (BAKUNIN, 2003, p. 16).

Desde o surgimento do capitalismo e do Estado Moderno de cunho liberal, os grandes embates que se travaram ao longo da história envolviam os interesses antagônicos que envolviam essas duas classes – capitalista e proletariado.

Conflitos e antagonismos que percorreram a história e invadiram o século XIX. A partir da Era Fordista à chegada do Estado do Bem-Estar social, consolidou-se uma sociedade centrada no Pleno Emprego, de tempo previsível e centrada na garantia dos direitos sociais – trabalhistas e previdenciários. A partir das crises de 70 do século passado à era

Reagan/Thatcher, houve, primeiro, o desmantelamento do Estado do Bem-Estar – que desencadeou privatizações e impulsionou a supremacia do capital improdutivo sobre o capital produtivo. Esse aspecto coincidiu com a inserção maciça das novas tecnologias – ancoradas pelas novas teorias organizacionais – que acarretou uma verdadeira metamorfose no mundo do trabalho – prevalência do trabalho precário, clandestino, de tempo parcial, autônomo – que inverteu a lógica do Pleno Emprego e do trabalho de larga duração e trouxe, para esse mesmo cenário, algo imprevisto: o desemprego estrutural que espalhou miseráveis por todo o planeta. Este é o caminho como o artigo vê, no âmbito específico deste ramo da ciência jurídica, a análise da possibilidade de humanização do Direito e a horizontalização da justiça.

Estas são as razões pelas quais ressurgem, em todo o planeta, os movimentos dirigidos contra a globalização excludente ou por uma nova globalização ou, ainda, por uma governabilidade global.

Como se tratam de movimentos de caráter emancipatórios e contra-hegemônicos, teriam eles diferenças entre aqueles desencadeados a partir do século XIX?

Há, pelo menos, três diferenças fundamentais:

- a) A primeira é a luta contra o capital improdutivo; contra o capitalismo de cassinos, improdutivo, que transita por cima do Estado-nação, não gera emprego e rendas e desencadeia uma concentração de rendas e de riquezas sem precedentes;
- b) A segunda é a luta para proteção de gênero humano e não apenas da classe operária, hoje, minoria, no universo da população economicamente ativa e os não empregáveis;
- c) A terceira vincula-se a uma luta contra-hegemônica contra o capitalismo centrado no modelo de desenvolvimento destrutivo, em relação à vida, ao meio ambiente e à natureza.

Apesar dessas notórias diferenças, há, entre esses dois movimentos, uma unidade, que os legitimam ainda mais, na atualidade, na medida em que se vive, tanto na perspectiva individual como na perspectiva coletiva, sobretudo em face das novas tecnologias da informação e da comunicação, uma sociedade simultaneamente local e global. Essa unidade corresponde à retomada de movimentos de caráter universalista, que se destina a construir uma nova governabilidade global.

O professor Enoque Feitosa - da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba - procura demonstrar que o direito, enquanto ramo do saber que se volta para regular as relações sociais não pode ser compreendido em plenitude senão munido de um método que o insira como parte de uma totalidade histórica específica – a sociedade cindida - isto é, aquela que é produto de uma formação social na qual a força de trabalho é apenas uma mercadoria. Em uma formação de classe desse tipo, cumpre ao Direito um papel claro de

tecnologia social para lidar com conflitos resultantes dessas mesmas relações (FEITOSA, 2012, p. 108).

Daí a análise dos movimentos contra-hegemônicos para se garantir uma seguridade social. Do ponto de vista das teorias dos movimentos sociais, entre as teorias acionalista e pós-moderna optamos pela leitura marxista dos movimentos sociais que enfrenta e põe em relevo os novos centros de conflito e suas formas de organização e expressão sociais a partir das contradições existentes entre capital e trabalho. O pensamento marxista concentra-se, pois, na centralidade econômico-produtiva. São as análises apontadas por exemplo por Castells (2013) e Lojkine (2002).

2. Os Movimentos Contra-hegemônicos Contemporâneos

O artigo passa a registrar alguns dos movimentos sociais surgidos nos últimos anos, para demonstrar que os momentos históricos de paralisia e, sobretudo, o controle ideológico instituído pela geopolítica instituída pelo ultraliberalismo global começa a ser desafiado.

- As Experiências de Seattle

O plano de Rede de Ação Direta foi colocado em ação na manhã de 30 de novembro de 1999 contra a assinatura do *Multilateral Agreement on Investment* (MAI), na terceira conferência da Organização Mundial de Comércio.

Milhares de ativistas ecologistas, anarquistas, trabalhadores sindicalizados, humanistas e estudantes compareceram e protestaram por vários dias, apesar dos diferentes motivos e perspectivas políticas. O documento era acusado de diminuir a capacidade dos Estados de intervir em assuntos sociais e ambientais, em prol do livre-comércio.

Enquanto os membros de ONGs e humanistas se manifestavam contra o avanço das políticas neoliberais, que consideravam uma ameaça aos direitos humanos e às políticas de saúde, educação e distribuição de renda nos países mais pobres, os ambientalistas se contrapunham com o objetivo de impedir as negociações da OMC, fundados na destruição ambiental derivada das políticas desenvolvimentistas estatais e privadas. Na perspectiva dos sindicalistas, devia-se lutar pela manutenção dos direitos trabalhistas. Os grupos anarquistas encontraram na reunião da OMC a oportunidade para demonstrar o repúdio ao capitalismo

global, tanto pelas questões sociais como pelas questões ambientais, através de diferentes formas de ação direta³.

Após a Batalha de Seattle, como ficou conhecida, foram cada vez mais frequentes as referências a um *movimento global*. A partir daí, todas as reuniões internacionais com alguma relevância são acompanhadas de anticúpulas e manifestações de protestos amplamente divulgadas pela imprensa, algumas vezes com mais destaque do que a própria reunião.

Por exemplo, no ano de 2000, seguinte a Seattle, houve manifestações no Fórum Econômico Mundial de Davos, em janeiro; contra o Banco Mundial e o FMI, em abril; na cúpula da ONU sobre a pobreza, em junho; na reunião do FMI e Banco Mundial, em setembro; na cúpula da União Européia, em dezembro; Nos anos seguintes a intensidade das manifestações global não abrandou.

Pode-se dizer que a partir de Seattle a contestação teve, entre outros, o sucesso imediato de fazer com que as negociações internacionais saíssem da sombra dos acordos discretos entre diplomatas e tecnocratas, dando-lhes visibilidade na mídia (PORTA, 2007, p. 15).

- O Fórum Social Mundial

O Fórum Social Mundial (FSM) é uma proposta democrática e aberta que intenta se contrapor ao Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos.

Iniciado em 2001, o FSM é um evento organizado por vários movimentos sociais de diversos continentes, que objetiva a elaboração de alternativas para transformar o mundo socialmente, opondo-se aos aspectos capitalistas-liberais da globalização. Sua “bandeira” é *Um outro mundo é possível*.

O encontro tem a participação de grandes líderes mundiais além de milhares de participantes. Somente para exemplificar, no primeiro encontro foram 16.400 inscritos; no segundo, em 2002, 52.000; em 2003, 100.000; em 2004 o evento contou com 111 mil participantes; em 2005, 155 mil. Nos anos seguintes os encontros do FSM foram realizados em vários pontos do planeta voltando, em 2009, a se centralizar na cidade de Belém, no Pará/BR, reunindo 120 mil manifestantes.

O objetivo do Fórum é criar um espaço de encontro que apoie a confecção internacional de alternativas para um “pensamento único neoliberal”.

³ Ação direta é uma forma de ativismo, que usa métodos mais imediatos para produzir mudanças desejáveis ou impedir práticas indesejáveis na sociedade, em oposição a meios indiretos, tais como a eleição de representantes políticos, que prometem soluções para uma data posterior, ou o recurso ao sistema jurídico.

Os debates, as mesas-redondas e exposições do FSM giram em torno tópicos como, paz e conflito, juventude, situação das mulheres, migrações e perseguições, dívida externa, os sem-terras e a privatização de bens comuns. No evento de 2009 o tema principal foi o modelo econômico como predador do meio ambiente, provocador do aquecimento global e do esgotamento dos recursos naturais.

- O Ataque ao Capitalismo Financeiro Internacional

Um movimento contra o capital especulativo é organizado por uma associação chamada Attac - *Association pour la Taxation des Transactions pour l'Aide aux Citoyens* ("Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos").

A ATTAC surgiu como um movimento social global, a partir de uma organização que tem como proposta principal a fixação de impostos sobre transações financeiras e com a finalidade de criar um fundo de desenvolvimento e ajuda aos mais pobres e a conter a especulação financeira.

No princípio, a ATTAC propunha instituir um imposto sobre as movimentações financeiras internacionais, para dificultar a especulação financeira e promover o financiamento de projetos sociais e ecológicos.

Seu campo de interesse, entretanto, foi ampliado, ao passar do tempo e envolve, nos dias presentes, todos os aspectos relacionados à globalização. Ela procura monitorar as decisões da OMC, da OCDE, do FMI e acompanha as reuniões do G8 com o objetivo de influenciar as decisões políticas.

A ideologia da organização inspira-se na taxa Tobin proposta por James Tobin, Prêmio Nobel de Economia, e consiste na aplicação de um pequeno imposto às transações financeiras de curto prazo, com caráter especulativo, e objetiva de dificultar a especulação financeira⁴.

A ATTAC defende que essa taxação representa a possibilidade para o exercício de um controle democrático sobre os mercados financeiros. Sua importância é mundial e é debatida nos parlamentos de vários países europeus, entre os quais podem ser mencionadas Finlândia, França, Alemanha, Suíça, Grã-Bretanha, Bélgica, Irlanda, Espanha e do Parlamento Europeu, além de Austrália, Canadá, E.U.A., Brasil, Argentina e Chile.

⁴ Na teoria econômica, a especulação é o exercício de qualquer tipo de atividade econômica cujo objeto é somente a obtenção de ganhos, sem mediar contribuição alguma para sociedade.

- Os Distúrbios Eletrônicos

O professor Everaldo Gaspar Lopes de Andrade (2008) abre a discussão, ao apresentar o tema *Da Revolução Industrial à Revolução Informacional* (ANDRADE, 2008), ao tratar das insurgências globais travadas no âmbito dos espaços virtuais. De um lado, estão os centros hegemônicos do capitalismo global e seus magnatas instalados nos postos de pedágio das redes – modalidade inédita de poder de polícia –, que objetiva controlar o que circula na quase sempre livre autopista da informação. Do outro, os seus usuários e os trabalhadores do conhecimento.

Para ele, esse embate tem repercussões imprevisíveis, em virtude da força explosiva desses novos profissionais e usuários.⁵

Não é por acaso que cientistas sociais contemporâneos vêm dando ênfase à articulação dos movimentos libertários, em nível global, por meio das redes mundiais de computadores ou ciberespaço, sem os quais não seria possível a reação contra-hegemônica.

Um sociólogo francês, coordenador de pesquisas do *Centre d'Études des Mouvements Sociales*, Jean Lojkin (2002), tenta desvendar, na obra *A Revolução Informacional*, o significado da expressão que deu nome ao livro, a partir do conceito marxista de forças produtivas, no sentido de apreender as relações dialéticas estabelecidas entre o homem, o trabalho e natureza.

Ao indagar se “Estaria obsoleta a distinção capitalista entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, em que cada vez mais se estreita a concepção de materialidade suposta por este conceito?”, o autor direciona a resposta para a inexistência de uma substituição do material pelo informacional, uma vez que ambas são encontradas dentro do caráter de forças produtivas e, por exemplo, “*é também uma condição material essencial para a elevação da produtividade do trabalho em todas as esferas da atividade (ibidem, p.50).*”

Para ele, as mudanças vivenciadas não desenvolveriam o fim do confronto entre o homem e a natureza exterior

e de um universo no qual o homem só se confrontaria consigo mesmo ou com seu duplo fantasmático, como querem todas as teorias idealistas da comunicação, de Lévi-Strauss a Harbermas – e isto mesmo quando o informacional se insere cada vez mais nos instrumentos materiais, como, por exemplo, os programas de computador materializados nos chips (*ibidem, p. 50*).

⁵Descreve, o aludido professor, a seguinte passagem: “sob o título ‘Estônia protagoniza primeira guerravirtual: o site <http://www.g1.com.br> registra, no dia 3.6.2007, ter havido uma verdadeira guerra virtual no ciberespaço a que praticamente paralisou a infra-estrutura digital daquele país, ‘obstruindo sites na web do presidente, do primeiro ministro, do parlamento e outros governamentais desestabilizaram as operações do seu maior banco e afetaram completamente os sites de diversos jornais diários’. Op. Cit. p. 254.

O sociólogo aponta, ainda, para o fato de que, dentro da complexidade dos processos contraditórios da revolução informacional, existem efeitos considerados irreversíveis, com forte impacto na redução de empregos burocráticos desqualificados.

(como é o caso dos datilógrafos, auxiliares de escritórios, etc.) em proveito do crescimento de empregos mais qualificados (como é o caso dos documentalistas, gestores de bancos de dados, analistas, engenheiros-programadores, pesquisadores, etc.) Esta tendência se expressa, mesmo que a crise estrutural a perverta, reservando a uma elite qualificada os novos empregos e criando novos empregos especializados, restritos a um trabalho estandarizado (*ibidem*, p. 267).

Outro aspecto relevante no estudo da revolução informacional consiste na ambivalência entre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo. Há, pois, uma crise na identidade e um embate entre as gerações do mundo do trabalho, além daquelas categorias, agora existentes, que se situam na fronteira de ambos. Esta crise entre a velha e a nova geração de trabalho tem implicação na atuação dos sindicatos que, desatualizados, voltam-se para a representação exclusiva de um modelo antigo de relação de trabalho, não enxergando as novas relações.

- Movimentos havidos entre 2011 e 2013

Mais recentemente, os movimentos - A Primavera Árabe, Occupy Wall Street, Los Indignados, Movimento do Passe Livre/Vem Pra Rua – mobilizaram grandes multidões na mesma direção dos movimentos que os antecederam.

Conforme anuncia Manuel Castells (2013):

NINGUÉM ESPERAVA. Num mundo turvado por aflição econômica, cinismo político, vazio cultural e desesperança pessoal, aquilo apenas aconteceu. Subitamente, ditaduras podiam ser derrubadas pelas mãos desarmadas do povo, mesmo que essas mãos estivessem ensanguentadas pelo sacrifício dos que tombaram. Os mágicos das finanças passaram de objetos de inveja pública a alvos de desprezo universal. Políticos viram-se expostos como corruptos e mentirosos. Governos foram denunciados. A mídia se tornou suspeita. A confiança desvaneceu-se. E a confiança é o que aglutina a sociedade, o mercado e as instituições. Sem a confiança nada funciona. Sem a confiança o contrato social se dissolve e as pessoas desaparecem, ao se transformarem em indivíduos defensivos lutando pela sobrevivência. Entretanto, nas margens de um mundo que havia chagado ao limite de sua capacidade de propiciar aos seres humanos a faculdade de viver juntos e compartilhar sua vida com a natureza, mais uma vez os indivíduos realmente se uniram para encontrar novas formas de sermos nós, o povo (Idem, p. 7).

No Brasil, a partir de junho de 2013, os movimentos vêm se espalhando e construindo mecanismos de resistência inimagináveis, como é o caso do Ocupe Estelita, que vem acontecendo na cidade do Recife. . Movimento que já foi capaz de, no mínimo redirecionar um projeto imobiliário irracional e com profundos impactos para o meio ambiente, o seu

entorno e a cidade, como um todo. Não fosse um movimento da mesma natureza, um espaço historicamente preservado, a Tamarineira, teria virado um empreendimento comercial da mesma natureza.

Outro aspecto relevante: as pautas hermenêuticas e composições analíticas provenientes da teoria social crítica e mais especificamente das teorias dos movimentos sociais têm ampliado de forma significativa a produção acadêmica, nos últimos anos.⁶

3. “As Multidões e o Império. Entre globalização da guerra e universalização dos direitos”.

Este é o título da obra organizada por Giuseppe Cocco e Graciela Hopstein (2002). O livro foi inspirado nos eventos que marcaram as *jornadas de Gênova* que se traduziram em grandes manifestações contra a reunião do G-8. Uma verdadeira multidão de centenas de milhares de manifestantes, que vieram de inúmeros países, durante três dias, foi capaz de desafiar uma brutal repressão policial. Um jovem foi morto e centenas de manifestantes espancados e presos.

Para Giuseppe Cocco (ibidem, p. 10), nas formas originais de organização em *rede de redes* do *Genoa Social Forum* (GSF), o chamado “povo de Seattle” anunciou a transformação das manifestações de Praga, Gotemburgo e Québec City contra as cúpulas do FMI, da OMC e do BM”. Conforme ficou registrado na seção 12.1, para esse autor trata-se de um movimento múltiplo, globalizado e constituinte. Um verdadeiro movimento dos movimentos.

Poucos dias após o movimento de Gênova, o *Financial Times* publica um artigo anunciando um novo movimento considerado como decorrente de Seattle, o *No logo*. O estudo apontava que, a partir de março de 2000, 49 milhões de dólares de capital simbólico sumiram do mercado. A perda refere-se, não só as empresas do capitalismo digital como, Dell, Nokia e Amazon.com, mas, também, das empresas denominadas *old economy*, como a coca-cola, MacDonald’s, Gillete e Nike. A crise das logomarcas globais foi desencadeada pela preferência pelas logomarcas locais. Consumidores e produtores passaram a preferir símbolos de produtos nacionais. As pessoas não querem mais ser vistas como consumidores ‘normais’, mas, serem vistos como indivíduos.

O povo de Seattle veio se constituindo com práticas de luta contra a privatização do espaço público, contra a comercialização simbólica operada pelas multinacionais

⁶ Basta ver os autores que subscrevem os capítulos da obra: *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* / Ermínia Maricato... [et.al.]. - 1. Ed. - São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. Autores brasileiros além de David Harvey, Mike Davis, Slavon Zizek, Jorge Luiz Souto Maior, dentre outros interpretam as duas semanas de rebelião urbana acontecida no Brasil.

produtoras de bens de consumo. A luta contra a logomarca e o circuito mundial de exploração da mão-de-obra funcionou como alavanca no crescimento global de um movimento ‘antiglobal’. Por essa razão, como afirma Luísa Muraro, o No logo do movimento remete para uma política “que não se achata na economia nem se limita a corrigir a economia com os direitos, mas alavanca os desejos e as relações, para um sentimento mais livre e pessoal do viver e da convivência (MARAZZI, 2002, p. 33).

4. Para Redefinir as Lutas Coletivas, no Âmbito do Sindicalismo Contemporâneo.

Tendo em vista que o direito à sindicalização sofre retaliação e objeção em vários países e que existem muitas categorias que não são “sindicalizáveis”, como as donas-de-casa e os trabalhadores informais, esses direitos não podem ser atribuídos exclusivamente aos trabalhadores sindicalizados. Devem, simplesmente, ser dirigidos aos cidadãos. Para isso, Peter Waterman (2005, p. 444) vê que os manifestos têm que ser articulados levando-se em consideração duas premissas:

- a) a primeira deve envolver os temas estritamente trabalhistas com outros temas que dizem respeito aos direitos humanos, à exclusão social, ao meio ambiente, ao capitalismo excludente. Esta alternativa de combate é fundamental, sobretudo, porque a população economicamente ativa vinculada ao trabalho subordinado é minoria;
- b) a segundo vincula essas lutas emancipatórias aos espaços locais e supranacionais, para equiparar os movimentos libertários ao próprio capitalismo global e hegemônico.

Para ele,

Minha proposta é uma alternativa quer à estratégia atual do Norte quer à hipotética alternativa do Sul. Encaro a estratégia com base no Norte como contraproducente na medida em que articula direitos trabalhistas com o discurso capitalista do livre comércio e torna tais direitos dependentes da instituição capitalista internacional que está na vanguarda da destruição desses mesmos direitos – a OMC. E, ainda que compreenda a reação com base no Sul, considero que é um erro articular os direitos trabalhistas com discursos de desenvolvimento do Sul ao longo do último meio século!

A ‘parceria’ fundamental com o capital e o Estado, do período do capitalismo industrial-nacional, tem que ser substituída por uma parceria fundamental em todas as escalas e níveis sociopolíticos, com os movimentos de direitos humanos e de justiça global e com a sociedade civil democrática (*ibidem*, p. 444-445).

A hegemonia das instituições financeiras internacionais pode ser combatida com a devolução da competência da OIT em tomar decisões sobre trabalho da mesma forma que a OMC decide sobre comércio mundial, atribuindo-lhe, ainda, poderes equivalentes aos dos organismos financeiros internacionais.

A emancipação do trabalho em relação ao capitalismo globalizado é desenvolvido por Gorz (1999) a partir de argumentos que defendem a libertação da ‘sociedade baseada no

salário’ e que são dirigidos a um capitalismo globalizado, que está revogando a classe trabalhadora e o tradicional trabalho assalariado, e inserindo as condições de trabalho do chamado ‘terceiro mundo’ no ‘primeiro mundo’.

Foi estabelecido um novo sistema que está eliminando o ‘trabalho’ a uma escala gigantesca. Está restaurando as piores formas de dominação, subjugação e exploração ao forçar cada um a lutar contra todos para conseguir o ‘trabalho’ que o próprio sistema está eliminando. Não é a esta eliminação que nos devemos opor, mas contra a sua pretensão de perpetuar – enquanto norma e fundamento insubstituível de direitos e de dignidade para todos – exatamente o mesmo trabalho, as mesmas regras, dignidade e disponibilidade daquele que está eliminando. [...] Na mente, pensamentos e imaginação de todos, o ‘trabalho’ deve perder a sua centralidade. Devemos aprender a encará-lo de forma diferente: já não como algo que temos – ou não temos -, mas como *aquilo que fazemos* (GORZ, 1999, p. 1, grifos do autor).

Explica Gorz que o conceito de trabalho, tal como definido pelo capitalismo, possui a tendência de ser um trabalho computadorizado que não produz nada tangível, ao contrário do que se fazia na era industrial, e a outra é a subproletarização, presente no Terceiro Mundo:

É desta forma que [...] uma quantidade imensa de capital, sem precedente histórico, obteve margens de lucro sem precedente histórico; e que esse capital conseguiu atingir um volume crescente de produção de riqueza ao mesmo tempo que empregava cada vez menos trabalho, distribuindo cada vez menos em salários, pagando cada vez menos impostos [...], deixando de financiar os custos sociais e ambientais provocados pela produção (*ibidem*, p. 5).

O desejo de algumas correntes em retornar ao velho mundo centrado no paradigma trabalho-salário capitalista é um retrocesso, uma “reforma subalterna” (*ibidem*, p. 7). O trabalhador precisa de uma reforma revolucionária, que ultrapasse a arena salarial ditada pelo capitalismo. Defende, dentre outras coisas, que o desenvolvimento do capitalismo tornou possível e necessário a garantia de um rendimento suficiente para todos.

No mundo tomado pelo capitalismo globalizado, a reforma revolucionária só pode ser feita através da união de movimentos sociais globalizados, com atuação supranacional, posto que a globalização reduz, em alguns aspectos, os espaços para a ação coletiva, posto que individualiza muitas ações, mas também cria novas oportunidades. A tecnologia reduziu enormemente os custos da comunicação e permitiu que ideias e projetos fossem dialogados em escala global, no Norte e no Sul do planeta.

A insatisfação gerada pela contínua e crescente diferenças econômicas entre povos, aumento da exclusão social e a imposição de medidas legais prejudiciais aos trabalhadores pelo FMI, como no caso da Argentina, tornaram visível a insatisfação à “lei do livre mercado”. O deslocamento de decisões para o ambiente supranacional favoreceu o desenvolvimento de ONG’s internacionais que era, em 176 em 1909 e 10 mil, em 1999. De

acordo com o estudo do *Contas Abertas*, o terceiro setor brasileiro passou de 22 mil, em 2002, para cerca de 260 mil⁷. O *Contas Abertas* fez o estudo com base no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), no período de 2001 a 2006.

A globalização dos conflitos criou uma complexa estrutura de oportunidades e limitações, e estes protestos colocaram-se em rede e originaram mobilizações comuns a todos. Mas o que vem a ser movimento social global?

O conceito de *movimento social* refere-se à presença de redes de interações predominantemente informais, baseadas em crenças compartilhadas e na solidariedade, que se mobilizam acerca de temáticas conflituosas mediante o uso freqüente de várias formas de protesto. Os movimentos sociais *globais* deveriam, portanto, ser atores organizados em torno de redes estendidas para além do Estado nacional, dotados de identidades globais, que definem suas causas como supranacionais, promovendo campanhas de protesto que envolvem vários Estados (PORTA, 2007, p. 23).

O movimento social global deve interpretar a realidade de forma comum e ser capaz de alimentar a solidariedade e a identificação da coletividade. Por ser em rede, espera-se que a globalização produza protestos organizados em nível transnacional⁸, envolvendo redes de organizações de diversos países. A diversidade é declarada no documento do segundo Fórum Social Mundial:

Somos diversos – mulheres e homens, adultos e jovens, povos indígenas, camponeses e moradores das cidades, trabalhadores e desempregados, sem-teto, idosos, estudantes, pessoas de todas as crenças, cores e orientações sexuais. A expressão dessa diversidade é a nossa força e a base da nossa unidade. Somos um movimento de solidariedade global, unido na nossa determinação de lutar contra a concentração da riqueza, a proliferação da pobreza e das desigualdades e a destruição da nossa terra.

No mundo da globalização neoliberal, o aumento da produtividade do trabalho é orientado no interesse do grande capital financeiro internacional, aqueles que os utilizam também como um instrumento de alienação social e econômica dos produtores.

Ressalta-se, contudo, que também no Norte do mundo aumentou a cota de juros e rendas financeiras em relação aos rendimentos provenientes do trabalho, ao passo que se reduziu a taxa de juros. A miséria atinge sobretudo as mulheres, que são mais exploradas no ambiente de trabalho enquanto se reduzem os serviços, aumentando portanto o peso do trabalho doméstico; os imigrantes e as minorias étnicas, que representam não apenas os grupos mais pobres, mas também os bodes expiatórios de uma insatisfação crescente; as populações indígenas, que são expulsas de seus territórios e obrigadas a abandonar seu modo de vida tradicional em nome do progresso econômico. Além disso, lamenta-se profundamente uma concentração no controle econômico das riquezas. Para demonstrar as extremas desigualdades afirma-se, por exemplo, que, das 100 maiores economias do mundo,

⁷ O número de ONG's começou a crescer exponencialmente na década de 90, quando o Estado começou a passar algumas de suas funções à iniciativa privada.

⁸ O termo transnacional é usado por sociólogos para ressaltar a presença de atores supranacionais diferentes dos atores nacionais.

51 são corporações; a General Motors tem um faturamento maior que o produto interno bruto da Tailândia; apenas 447 milionários possuem uma riqueza maior que a da metade mais pobre da população mundial; nos anos 1990, as 200 pessoas mais ricas triplicaram sua riqueza (PORTA, 2007- p. 39).

5. A Força das Multidões na reconfiguração da Seguridade Social

O presente estudo, seguindo o itinerário acadêmico que vem sendo desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPE, entende que as evidências empíricas e analíticas deixam transparecer uma passagem de paradigmas – a passagem da Sociedade Industrial para a Sociedade Pós-industrial – e, por meio dele, se constata o desmoronamento dos vínculos sociais que regiam o Estado do Bem-Estar – centrado no Pleno Emprego e em formas de sociabilidade estáveis e de longa duração, que passam agora a serem líquidas, flexíveis e de curto prazo.

A esse fenômeno vem se acrescentar outro, também determinante e irreversível: se o capitalismo, na sua essência, tende para o universalismo, para se instaurar de maneira global e hegemônica, na sua atual fase, ele detém não somente esse domínio absoluto, como também desencadeou a prevalência do capital financeiro sobre o capital produtivo.

Se esse cenário altera e aprofunda as crises políticas, sociais e econômicas, por outro lado favorece o renascimento das lutas libertárias. É exatamente nesse contexto que o estudo também defende a idéia de articulações e de lutas sincronizadas – locais e globais – que possam criar um novo Estado Providência.

Nesse contexto, é possível identificar as fragilidades de garantia mínima instituídos – como aquele que foi adotado pelo Brasil – que corre o sério risco de tornar-se um programa meramente assistencialista, na medida em que não tem e não poderá ter a capacidade de desencadear uma verdadeira distribuição de rendas e de riquezas, porque não possui a capacidade articuladora para enfrentar e alterar a geopolítica predominante.

Esse enfrentamento depende de dois fatores: a força e a hegemonia dos movimentos sociais por uma nova globalização; e que a vitória desses movimentos possa superar o ultraliberalismo econômico.

Uma Renda Garantida, de caráter universal, só será possível, no contexto da neo-socialdemocracia, na medida em que o capital improdutivo possa ser taxado; na medida em que ele não transite, sem freios, por cima do Estado-nação, para favorecer apenas os seus investidores e especuladores; não propicie que as duzentas pessoas mais ricas do mundo detenham uma riqueza comparável a metade de população do planeta; que determinadas

corporações multinacionais detenham mais poder e riqueza do que determinados países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Em resumo: se o capitalismo financeiro é global e se move por cima dos Estados e de regiões, ele tem que ser atacado e re-configurado a partir desse dessa compreensão e por meio de lutas que devem ser desencadeadas simultaneamente por dentro e além espaços geopolíticos locais.

Lamentavelmente, apesar de Gênova, Seattle, do Fórum Social Mundial, da Attac, dos Distúrbios Eletrônicos, o sindicalismo brasileiro, sobretudo aquela corrente que surgiu na década de 70 com propostas marcadamente revolucionárias, se encontra em estado de paralisia, atrelada ao poder político, aos fundos de pensão. Transformaram o 7 de setembro em uma data festiva, “reflexiva” e distante daqueles movimentos contestatórios locais e anti-globalização excludente.

Para se constatar essa desarticulação dos movimentos sociais, na experiência brasileira, basta verificar que o Grito dos Escolhidos acontece no dia 7 de setembro e não no dia 1º de maio.

Até agora, o Bolsa Família, forjado com outra configuração no governo Fernando Henrique e consolidado, com outra e mais eficiente roupagem, no governo Lula, foi capaz apenas de retirar determinados segmentos sociais do estágio de extrema pobreza para o estágio de pobreza.

A sua proposta efetiva de distribuição de renda e de riqueza depende de uma alteração radical no mapa geopolítico do mundo, uma vez que a pobreza e a miséria se espalham e atingem, sobretudo, as regiões e os países pobres e em desenvolvimento.

Por outro lado, não é justo e nem viável economicamente promover essa redistribuição de rendas e de riquezas sem afetar e comprometer os seus verdadeiros responsáveis: o capitalismo financeiro internacional, as corporações multinacionais e seus poderes econômicos e políticos.

O problema é mais grave, no Brasil, por tratar-se de um dos países mais poderosos economicamente do planeta, uma vez que se encontra entre as doze potências econômicas do mundo. Mesmo assim, exibe uma concentração de rendas e de riquezas alarmantes e, ao mesmo tempo, indicadores sociais que envergonham a sua história.

O êxito de qualquer programa para adoção de uma renda garantida a todos os cidadãos passa necessariamente pela construção de um novo Estado Providência. Mas, ele não pode ser instaurado, a partir dos valores que sedimentaram o Estado do Bem-estar Social de raiz keynesiana, ou seja, das simultâneas contribuições de empregadores e de trabalhadores –

em face da precarização, da desproletarização e do desemprego estrutural. Deve ter como parâmetro inevitável a taxação do capital financeiro internacional.

6. A Renda Garantida no Contexto do Direito à Existência. Por uma Ética Universal na Governabilidade do Mundo.

A ciência política deixa transparecer que a construção do Estado do Bem-Estar Social resultou de uma arquitetura política que tinha como objetivo não somente salvar a Europa do colapso econômico desencadeado sobretudo em consequência das duas guerras mundiais, como também em virtude do fracasso das teorias econômicas liberais forjadas no século XIX, que favoreceram uma concentração de rendas sem precedentes e um aumento escandaloso das desigualdades sociais.

Resultou também do aparecimento do Socialismo Real, contraponto do Estado Liberal. Seria então o espectro de Marx rondando a sociedade capitalista – a tomada de poder que instaurou o Estado Socialista. A ameaça era concreta. Segundo as previsões de Marx, a introdução de um estado assim constituído levaria, numa segunda etapa, ao comunismo, em que não haveria nem Estado e nem Direito, já que desapareceria o antagonismo de classes.

A essa altura é preciso fazer o seguinte esclarecimento. A Reagan/Thatcher forjou o renascimento do liberalismo – chamado, a partir daí, de neoliberalismo. Mas, para se legitimar esse modelo político e econômico, tornava-se necessário e imprescindível destruir o contraponto do Estado Providência - o Socialismo Real.

O ultraliberalismo, portanto, é fruto da destruição desses dois projetos políticos. Não é por acaso que ele reina absoluto em todo o planeta. Esta a razão pela qual também aparecerem novas propostas teóricas que vão de encontro a essa geopolítica global.

Re-surge, de um lado, o marxismo de todos os matizes – ortodoxos e não ortodoxos – pregando o colapso do liberalismo e o fim da sociedade dividida em classes. Do outro, as diversas propostas advindas daquilo que se passou a chamar neo-social-democracia, que busca restaurar a dignidade humana e a distribuição de rendas e de riquezas, a partir da construção, dentro de novos padrões macroeconômicos, de um novo Estado do Bem-Estar Social.

Apesar de serem propostas antagônicas, elas se identificam em um ponto: a sua oposição as barbáries contemporâneas fruto dessa governança global, que privilegia os fluxos de capitais, de bens, informações e pessoas de negócios; que permite o crescimento da dívida externa, do desemprego e do declínio de setores econômicos tradicionais e permite a

interconexão crescente de velhas assimetrias e permite a criação de outras tantas, inteiramente novas.⁹

Por isso, a própria ONU e a UNESCO, reuniram, em 1992, um grupo independente formado por importantes economistas, cientistas sociais, artistas e pensadores, sob a coordenação do ex-secretário geral das Nações Unidas – Javier Pérez de Cuéllar, para analisar as crises contemporâneas e apresentar, a partir do binômio cultura e desenvolvimento, propostas para auxiliar a comunidade internacional a lidar melhor com tais problemas.

Reconhecem que muitos dos elementos da ética universal estão hoje ausentes do sistema de governabilidade em escala global. Admitem que nem mesmo as instituições de Bretton Woods – criadas para servir a governabilidade mundial - não podem mais invocar legitimidade democrática porque estão baseadas na fórmula “um dólar um voto” e não no consenso popular. As nações ricas, por seu turno, não estão dispostas a aceitar os mesmos princípios morais que recomendam de forma tão incisiva às nações pobres.

Por exemplo, a lavagem do dinheiro proveniente do narcotráfico por meio do sistema bancário é justamente condenada, mas certos bancos em todo o mundo aceitam tranquilamente grandes somas de dinheiro de origem corrupta depositadas por autoridades de nações pobres. Esses bancos auferem grande lucro, ao passo que os políticos dos países ricos criticam as nações pobres por suas práticas corruptas. Até mesmo o fardo dos ajustes estruturais é transferido quase que exclusivamente aos países pobres, ao passo que os ricos resistem firmemente à redução de seus altos padrões de consumo. Os princípios de mercado são invocados em todas as áreas, exceto no uso do patrimônio comum do planeta, tal como o meio ambiente global, onde cerca de até 80% dos recursos são explorados pelas nações ricas sem que nada seja pago em troca (CUÉLLAR, 1992, p. 62-63).

O aludido documento articula os problemas de ordem territorial, que dependem dos Estados, dos governos, com os problemas que transitam por cima desses mesmos espaços, como os poderosos blocos monolíticos e as corporações transnacionais, as organizações internacionais e a sociedade civil mundial.

Tem-se, ao mesmo tempo, louvado e condenado as companhias transnacionais: por um lado, por sua valiosa contribuição para o desenvolvimento; por outro, senão como encarnação do mal, pelo menos sua incorporação. Não há dúvida de que elas detêm um volume considerável de poder, e escapam ao controle internacional. (*ibidem*, p. 64).

É exatamente dentro desse contexto que elas pregam os princípios éticos e as idéias fundamentais da ética universal, no sentido de oferecer um padrão mínimo a ser observado por toda comunidade política.

Os povos sempre divergiram em relação às concepções políticas. Influenciados por sua herança cultural e por sua experiência históricas, os povos nutrem opiniões diferentes sobre os valores adicionais a sociedade a sociedade deveria adotar e que

⁹ V. SASSEN, Saskia.

projetos específicos empreender. Ao reconhecer expressamente essa divergência, a ética universal enuncia os imperativos mínimos a serem respeitados por todo o governo e povo, mas também deixa liberdade para a criatividade política, a imaginação social e o pluralismo cultural (*ibidem*, p. 63).

Uma ética universal de mínimos não pretende uniformizar modelos de desenvolvimento ou de cultura, que possam sugerir uma reprodução do modelo de modernização ou induzir que o mesmo seja copiado, como modelo único. Acreditam que, mesmo em um mundo marcado por interdependências globais e internacionais, os atores mais importantes do sistema mundial são os Estados. Apesar de suas notórias diferenças – poder, capacidade, recursos e opções de que dispõem – são eles os responsáveis pelo quadro jurídico e político em que se exercita o cotidiano.

Cabe, primeiro, aos Estados, inserirem, nas suas pautas políticas, os princípios e preceitos da ética universal. Há, para isso, uma série de alternativas capazes de viabilizar esse objetivo.

Os governos podem considerar de forma mais atenta as questões éticas invocando-as mais regularmente com base em fundamentos jurídicos da comunidade internacional. Isso pressupõe o fortalecimento do direito internacional, aprimorando as práticas existentes e introduzindo novos mecanismos legais destinados a proteger os valores morais válidos mencionados anteriormente.

Os Estados também podem dar maior ênfase às considerações éticas nas organizações internacionais e intergovernamentais. Isso pode ser feito subordinando de forma mais rigorosa as diretrizes políticas dessas organizações a critérios de conduta moral, reformando algumas estruturas existentes e estabelecendo novas agências que reflitam princípios éticos (*ibidem*, p. 64).

Se os governos têm responsabilidades éticas cruciais dentro dos seus próprios territórios, a instauração de um certo nível de ordem e a configuração de certos valores morais básicos dependem impreterivelmente da existência de comunidades nacionais capazes de preservar a ordem e assegurar esses mesmos valores nas esferas de sua jurisdição.

Em resumo: “os Estados devem ser os principais arquitetos da construção e da manutenção de uma ordem constitucional global fundada em princípios morais, e não na política do poder” (*ibidem*, p. 64).

Aqui aparece a semelhança entre as propostas da ONU/UNESCO com o quadro ético exposto por Adela Cortina – entre Ética de Máximos e Ética de Mínimos – em que esta aparece com uma ética de justiça, de mínimos normativos universalizáveis, enquanto aquela se constitui como éticas conciliatórias de máximos.¹⁰ Para ela, não é possível falar-se na

¹⁰ Adolfo Sanchez Vázquez (1969) considera a ética como uma teoria ou a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Para Aranguren: “Decidir agir numa situação concreta é um problema prático-moral; mas investigar o modo pelo qual a responsabilidade moral se relaciona com a liberdade e com o determinismo ao que nossos atos estão sujeitos é um problema teórico, cujo estudo é de competência da ética”. ARANGUREN (1985).

existência de um código moral único, mas em pluralismo moral, onde a convivência somente é possível se uns mínimos morais forem compartilhados.

Como é possível manter uma sociedade, se nela têm que conviver cidadãos com distintas concepções de felicidade? Não digamos já uma sociedade multicultural, em que as diferenças não são as que existem entre grupos formados em uma mesma cultura, senão entre distintas culturas. Como é possível, não só que coexistam, senão que convivam, como dizíamos? (CORTINA, 1994, p. 50, tradução livre do autor).

Responde:

Devem respeitar os ideais de vida dos concidadãos, por mais diferentes que sejam, desde que tais idéias se atenham aos mínimos compartilhados.

[...]

No que concerne aos projetos de felicidade, cada um tem o direito de perseguir o seu e convidar outros a segui-lo, desde que respeite uns mínimos de justiça, contando respeitar os projetos dos demais. No que se refere aos ‘mínimos de justiça’, deve respeitá-los a sociedade em seu conjunto e não cabe dizer que aqui vale qualquer opinião, porque as que não respeitam esses mínimos tampouco merecem o respeito das pessoas (CORTINA, 1994, p. 52).

A moral tem duas faces: a felicidade e a justiça. A primeira está na chamada ética dos máximos, onde é possível aconselhar o outro. Diz Cortina que não tem sentido “culpar alguém de que não experimentou a felicidade como eu a experimento”. No âmbito da justiça é possível exigir que alguém “se atenha aos mínimos que ela peça e considerar-lhe imoral se não lhes alcança” E completa: “este não é o campo dos conselhos, senão das normas; não é o campo da prudência, senão de uma razão prática, que exige intersubjetivamente ater-se a essas normas.”

Concluindo, a distinção entre a ética da justiça e a ética da felicidade pode ser resumida da seguinte forma:

ÉTICAS DE MÍNIMOS	ÉTICAS DE MÁXIMOS
Ética da Justiça	Ética da felicidade
O justo	O bom
Razão prática	Prudência
Normas	Conselhos
Exigência	Convite

Para a aludida filósofa espanhola, a economia não está dissociada de valores como: equidade, a eficiência, a qualidade, a competitividade, a solidariedade, uma vez que a atividade econômica é indissociável da moralidade, porque tem a dimensão de uma teoria da sociedade. Afirma de modo categórico que o fim social da economia é a satisfação de

necessidades humanas, por ser necessária uma teoria compartilhada de justiça distributiva (CORTINA, 1993).

Os projetos políticos que vêm se desenvolvendo há muito tempo, inclusive na América Latina, sincronizados com uma ética universal na governabilidade do mundo, põem em relevo um modelo de desenvolvimento econômico articulado com a equidade e a justiça distributiva.

Nessa visão, o desenvolvimento vincula-se a expansão das liberdades reais a serem desfrutadas pelas pessoas. Essa liberdade “contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Interno bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social” (SEN, 2000, p.17).

A privação das liberdades, como pobreza e tirania, ausência de oportunidades econômicas, negligência de serviços públicos.

Os teóricos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL – admitem uma outra versão crítico-discursiva. Busca-se um ponto de equilíbrio entre as peculiaridades histórico-culturais das comunidades, com apelação universalista de cidadania, desenvolvimento e modernidade, haja vista seu cunho dinâmico.

Se os movimentos sociais articulados pela força das multidões são marcadamente múltiplos, globais e constituintes; se não é possível reescrever e re-instaurar um novo modelo de sociabilidade centrado na equidade e na justiça distributiva, sem a distribuição da renda e da riqueza, a inserção de uma renda garantida, de caráter universal, depende da taxaço do capital financeiro improdutivo.

O presente estudo procurou, desde o início, demonstrar, a partir de evidências empíricas e analíticas, que os sistemas de seguridade social – público e privado – estão em crise, em fase das crises estruturais desencadeadas pelo ultraliberalismo planetário, que desencadeiam patologias sociais e miséria por todo o planeta. Por isso, uma governabilidade para esse novo mundo, centrada em mínimos éticos a serem compartilhados nesse mesmo espaço, depende, por outro lado, da adoção de um novo modelo de seguridade social que envolva e atinja o coração desse capitalismo desumanizado.

Se se trata finalmente de movimento múltiplo (feito de muitos movimentos) o estudo propõe, teoricamente, um movimento acadêmico de direito à vida, de direito à existência para todos, a partir da taxaço do capital improdutivo, volátil e global, a fim de implementar uma Renda Universal Garantida.

A autora do presente estudo, ao analisar as doutrinas políticas contemporâneas entende que não será possível restaurar o estado democrático do direito, sem a adoção de uma nova alternativa de seguridade social; por entender também que não é possível a adoção de uma ética universal para a governabilidade do mundo sem que seja assegurado todos os habitantes do planeta o direito a uma vida digna, com ou sem trabalho.

Mesmo tratando-se de uma proposta aberta e submetida à permanente crítica, espera que a mesma contribua para o desenvolvimento dos estudos sobre esse fascinante campo do conhecimento jurídico.

Está plenamente consciente de que o debate seguirá, mas esta é sua convicção e a sua proposta. Este breve século XXI espera de todos, especialmente, dos que vivem a vida acadêmica a busca incessante por alternativas que impeçam o avanço da insensatez, das injustiças e das barbáries contemporâneas. Ou, como diria Gabriel García Marquez: “Não esperem nada do século XXI, escreve Gabriel Garcia Marquez. O século XXI é que espera tudo de vós” (BINDÉ, 2000, p. 11).

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. *Princípios de Direito do Trabalho*: Fundamentos teórico-filosóficos. São Paulo: LTr, 2008.

_____. *Direito do Trabalho e pós-modernidade*: fundamentos para uma teoria geral. São Paulo: Ltr, 2005.

ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho e os (des)caminhos do sindicalismo. **Jornal da Unicamp**, Campinas, ed. 344, p. 20-26, nov. 2006. Entrevista concedida a Álvaro Kassab. Disponível em:< http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/junovembro2006/ju344pag4-5.html>. Acesso em: 11 mar. 2008.

_____. (Org). *A dialética do trabalho*: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão popular, 2004.

BAKUNIN, M. Estatismo e Anarquia. São Paulo: Nu-Sol : Imaginário, 2003.

BAUMAN, Zigmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*; Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.: 1998

BINDÉ, Jêrôme. Introdução. In: _____ (Org.). *As Chaves do século XXI*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

Castells, Manuel. *Redes de indignação e esperança os movimentos sociais na era da internet*. Zahar, Rio de janeiro. 2013.

CHESNAIS, François. *Tobin or not Tobin*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____; PLIHON, Dominique (Coord.) *Las trampas de las finanzas mundiales: diagnósticos y remedios*. Madrid: Ediciones Akal, 2003.

CORTINA, Adela. *Ética aplicada y democracia radical*. Madrid: Editorial Tecnos, 1993.

_____. *La ética Le La sociedad civil*. Madrid: Alauda-Anata, 1994.

D'ANGELO, Isabele de Moraes. A subordinação no direito do trabalho. Para ampliar os cânones da proteção, através da economia social e solidária. São Paulo: LTR, 2014.

ESTEVES, J. *Fundos de Pensão: benefício ou prejuízo para os trabalhadores?* São Paulo: LTr, 2008.

FEITOSA, Enoque. Forma jurídica é método dialético: a crítica marxista ao direito. In: FREITAS, Lorena; FEITOSA, Enoque. *Marxismo, Realismo e Direitos Humanos*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

GORZ, A. *Adeus ao Proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

_____. Allocation universelle: version de droite et version de gauche. *La Revue Nouvelle*, vol. 81, p. 419-28, 1985.

_____. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. A new task for Unions: the liberation of time fro work. In: MUNCK, R. e WATERMAN, P. (Org.). *Labour world wide in the Era of globalization: alternative union models in the new world order*. Londres: MacMillan Press, 1999.

LOJKINE, Jean. *A Revolução Informacional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARAZZI, Christian. A crise da new economy e o trabalho das multidões. In: COCCO, Giuseppe; HOPSTEIN, Graciela (Org.). *As multidões e o império: Entre globalização da guerra e universalização dos direitos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MARICATO, Ermínia... [et.al.].: *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* / -. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013

MARQUES, R. Experiências internacionais e a reforma da previdência. In: MARQUES, R. *et al* (Org). *A previdência social no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MARQUES, R. Renda mínima garantida: solução para o impasse da proteção social?. *Est. Econ.*, São Paulo, v. 26, n. especial, p. 209-231, 1996.

MARX, K., ENGELS, F. *Obras escolhidas, vol. 1*. São Paulo: Alfa-ômega, 1953.

RAVENTÓS, D. *El Derecho a la existência*: La propuesta del subsidio universal garantizado. Barcelona: Ariel, 1999.

_____(Coord.). *La renta básica*. Barcelona: Ariel. 2001.

SASSEN, Saskia. As zonas críticas da governança global. In: COCCO, Giuseppe; HOPSTEIN, Graciela (Org.). **As Multidões e o Império: Entre globalização da guerra e universalização dos direitos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 127-132.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VANDERBORGHT, Y., VAN PARIJS, P. *Renda básica de cidadania*: fundamentos éticos e econômicos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

WATERMAN, P. Emancipar o Internacionalismo Operário. In: Santos, B. (Org.) **Trabalhar o mundo**: os caminhos do novo internacionalismo operário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.